Art. 2º - Designar os seguintes conselheiros titulares e suplentes para formar esta Comissão, com paridade em número de 03 (três):

- TITULAR: Mônica Amorim – SESAPI
- SUPLENTE: Maria do Rosário B. da Silva – SESAPI
- TITULAR: Maria Genilda Marques Cardoso - SEDUC
- SUPLENTE: Margarida Maria da Conceição Neta – SEDUC
- TITULAR: Gilvana Nobre Rodrigues Gayoso Freitas – SASC
- SUPLENTE: Maria Rosângela de Jesus Lucena – SASC
- TITULAR: Temístocles Gomes Pereira - FENAPAE
- SUPLENTE: Roberto Melado Cordeiro Júnior – FENAPAE
- TITULAR: Maria dos Remédios Nascimento – ASA
- SUPLENTE: Maria da Conceição Alves Lima – ASA
- TITULAR: Vicente de Paula Sousa – CUT
- SUPLENTE: Ajuri Dias - CUT

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Teresina, 07 de maio de 2007.

ALFREDO ALBERTO LEAL NUNES
VICE - PRESIDENTE DO CEAS/PI

RESOLUÇÃO / CEAS Nº 006 / 2007

O Plenário do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado do Piauí no uso de suas atribuições, estabelecidas na Lei 4.818 /95, e em reunião extraordinária do dia 11 de maio de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Normatizar as diretrizes para as Conferências Municipais de Assistência Social e a VII Conferência Estadual de Assistência Social de 2007, em documento próprio conforme segue:

NORMAS GERAIS PARA AS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E VII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - 2007

Art. 1º Estas Normas tem por finalidade regulamentar o funcionamento das Conferências Municipais de Assistência Social e da VII Conferência Estadual de Assistência Social do Estado do Piauí.

**CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS DAS CONFERÊNCIAS**

Art. 2º As Conferências Municipais de Assistência Social e VII Conferência Estadual de Assistência Social do Piauí terão como objetivos:

I – Discutir, em seu âmbito de responsabilidade, as metas de gestão do SUAS, de financiamento, recursos humanos e controle social, deliberadas nas Conferências Municipais de Assistência Social em 2005 implementadas nestes últimos 2 (dois) anos, com a perspectiva de identificar **os avanços, as dificuldades e os desafios** a serem enfrentados nos próximos 8 (oito) anos, considerando as co-responsabilidades das 3 (três) esferas de governo na consolidação do SUAS. Essa avaliação trará subsídios para a revisão do Plano Decenal no âmbito do município e do estado.

II – Avaliar, discutir e deliberar metas sobre os direitos socioassistenciais para o município e o estado do Piauí a partir dos **“10 Direitos Socioassistenciais”** aprovados nas Conferências Municipais de Assistência Social e na VI Conferência Estadual de Assistência Social (Anexo I) e dos resultados da pesquisa **“Fotografia da Assistência Social no Brasil na perspectiva do SUAS”** (Direitos dos Usuários dos Serviços Socioassistenciais – Anexo II).

Parágrafo Único – As Conferências Municipais de Assistência Social terão também como objetivo a eleição de delegados para a VII Conferência Estadual de Assistência Social, que por sua vez, elegerá os delegados para a VI Conferência Nacional de Assistência Social.

**CAPÍTULO II
DO LOCALE TEMÁRIO**

Art. 3º As Conferências Municipais de Assistência Social realizar-se-ão até 31 de julho de 2007 em locais adequados e deliberados pelos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Art. 4º A VII Conferência Estadual de Assistência Social realizar-se-á nos dias 16, 17 e 18 de outubro de 2007, em local a ser deliberado pelo Conselho Estadual de Assistência Social do Piauí – CEAS / PI.

Art. 5º O tema Central das Conferências Municipal e Estadual de Assistência Social: **“Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”**

Parágrafo Único: os municípios que assim desejarem poderão realizar as Pré-conferências de Assistência Social ou Fóruns Territoriais enquanto estratégia de ampliação de participação de Sociedade Civil.

**CAPÍTULO III
DOS PARTICIPANTES DAS CONFERÊNCIAS**

Art. 6º As Conferências Municipais de Assistência Social terão participação ampla da Sociedade Civil observando as seguintes orientações:

I – Nos municípios que realizarem Pré-conferências serão delegados os conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social e os eleitos nas Pré-conferências ou Fóruns Territoriais, respeitando-se a paridade.

II – Nos municípios que não realizarem Pré-conferências serão delegados os conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social e aqueles indicados pelas entidades da sociedade civil e pelo poder público, devidamente credenciados, respeitando-se a paridade.

III – Participarão das Conferências convidados do CMAS com direito a voz.

Art. 7º A VII Conferência Estadual de Assistência Social terá como delegados:

I – Os membros titulares e suplentes do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS / PI devidamente credenciados em número de 36, considerando-se a paridade.

II – Os representantes de OG's e ONG's, eleitos nas Conferências Municipais de Assistência Social, devidamente credenciados observando-se também a paridade.

**CAPÍTULO IV
DA METODOLOGIA E CRONOGRAMA DAS CONFERÊNCIAS**

Art. 8º Os CMAS do Piauí deverão observar as orientações do CEAS / PI para realização de suas Conferências.

Art. 9º A VII Conferência Estadual de Assistência Social adotará a seguinte metodologia:

I - Conferência;

II - Mesas – redondas seguidas de debates;

III - Mini – plenárias;

IV - Plenárias deliberativas;

Art. 10º Fica instituído o seguinte cronograma para realização das conferências:

I – Até 31 de julho de 2007 – realização das Conferências Municipais;

II – Até 17 de agosto de 2007 – envio ao CEAS / PI dos Relatórios das Conferências Municipais de Assistência Social com os nomes dos delegados para a VII Conferência Estadual de Assistência Social.

III – 16, 17 e 18 de outubro de 2007 – realização da VII Conferência Estadual de Assistência Social.

IV – 14, 15, 16 e 17 de dezembro de 2007 – participação na VI Conferência Nacional de Assistência Social.

**CAPÍTULO V
DAS PLENÁRIAS FINAIS**

Art. 11º As plenárias finais das Conferências Municipais de Assistência Social terão como objetivo discutir, aprovar ou rejeitar em parte ou totalmente as conclusões e propostas das mini-plenárias, aprovar ou rejeitar moções bem como eleger delegados à VII Conferência Estadual de Assistência Social:

Parágrafo Único – Os municípios deverão observar a seguinte indicação para a eleição dos delegados:

I – Municípios de pequeno porte I e II – 02 delegados sendo um representante de OG e um representante de ONG;

II – Município de médio porte – 04 delegados sendo 2 OG's e 2 ONG's;

III – Município de grande porte – 28 delegados.

Art. 12º A Plenária final da VII Conferência Estadual de Assistência Social terá como objetivo discutir, aprovar ou rejeitar em parte ou totalmente as conclusões e propostas das mini-plenárias, aprovar ou rejeitar moções bem como eleger delegados à VI Conferência Nacional de Assistência Social:

Parágrafo Único – A delegação do Piauí para a VI Conferência Nacional de Assistência Social terá a seguinte composição:

I - 16 delegados representantes dos municípios, respeitando-se a paridade;

II – 03 delegados do CEAS/ PI.

**CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES GERAIS COMUNS**

Art. 13º Os casos omissos serão resolvidos pelos respectivos Conselhos Municipais de Assistência Social - CMAS, cabendo recurso à Comissão Organizadora da VII Conferência Estadual de Assistência Social.

Art. 14º O município terá a autonomia de realizar suas Conferências Municipais de Assistência Social em parceria com o CMDCA e demais conselhos afins, considerando os Temas em comum, desde que não prejudique o resultado final quanto a discussão da Política de Assistência Social no município e que apresente relatório final por cada conferência.